

1 **ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA CONSULTIVA DO COMITÊ DE**
2 **INTEGRAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL – CEIVAP, REALIZADA**
3 **NO DIA TREZE DE MAIO DE DOIS MIL E VINTE UM, POR VIDEOCONFERÊNCIA, NA**
4 **FERRAMENTA MICROSOFT TEAMS. Com a presença dos seguintes membros:** São Paulo - Luiz
5 Roberto Barretti (ABES-SP), José Roberto Schmidt (CETESB), Jorge Maurício Sanabria (SABESP); Teresa
6 Cristina Paiva (USP); Rio de Janeiro - Gisele Boa Sorte (SEAS), Mayná Coutinho (CEDAE), Antônio Carlos
7 Simões (CSN), João Gomes Siqueira (UENF), Vera Lúcia Teixeira (O Nosso Vale! A Nossa Vida), Roberto
8 Machado (Instituto Rio Carioca), Markus Stephan Budzynkz (APEDEMA-RJ); Minas Gerais - Eduardo Araújo
9 (IGAM), Deivid Lucas de Oliveira (FIEMG), Matheus Cremonese (PREA); **dos seguintes convidados:** Márcio
10 Araújo (ANA), Elias Adriano dos Santos (AJADES), Licius Freire (FIPERJ), Marina Assis (AGEVAP), Marcio
11 Peixoto (AGEVAP) Júlio César Ferreira (AGEVAP), Daiane Santos (AGEVAP), Raissa Galdino (Prefácio),
12 Carlos Bartoli (Profill), Bruna Paiva (Profill) **para tratar da seguinte pauta: 1 – Aprovação da ata da**
13 **reunião anterior; 2 – Apresentação do produto Parcial 07 (PP-07): Plano Integrado de Recursos Hídricos**
14 **da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (PIRH-PS); 3 – Apresentação do programa MONITORAR;**
15 **4 – Assuntos Gerais, e; 5 – Encerramento. ITEM 1 Aprovação da ata da reunião anterior:** Conferido o
16 quórum, o Sr. Luiz Roberto Barretti (ABES-SP) deu início à reunião lendo a ordem do dia e passando para
17 aprovação da ata. Após uma pequena correção, e não havendo objeções, a ata da 1ª Reunião Extraordinária, de
18 29/03/2021 foi aprovada; **ITEM 2 Apresentação do produto Parcial 07 (PP-07): Plano Integrado de**
19 **Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (PIRH-PS):** A Sra. Marina Assis
20 (AGEVAP) começou contextualizando que em abril de 2020 foi apresentado na Câmara Técnica Consultiva o
21 PP-06, último produto da fase 1 que trazia todo o resumo do que foi discutido e ficou definido que toda a
22 discussão da fase 2 seria feita com os comitês afluentes e depois retomaria ao CEIVAP na fase 3. Disse que o
23 PP-07 tem como base o PP-06 de forma revisada e enriquecida com informações que foram discutidas ao longo
24 da fase 2. Mencionou que conforme definição do Comitê, o produto primeiro irá para a CTC e depois em sua
25 fase final será avaliado pela Plenária para aprovação do Plano de Recursos Hídricos do CEIVAP. O produto
26 PP07 já foi validado no GT Plano e hoje é um produto parcial que depois se transformará no RF-01, o produto
27 final do plano, onde constarão as informações de forma mais resumida, se concentrando no que é relevante. O
28 Sr. Carlos Bartoli (Profill) apresentou o resumo das fases 1 e 2, e o cronograma da fase 3. A ideia é que todos os
29 trabalhos sejam finalizados até o final de junho. Expôs a linha do tempo de desenvolvimento do produto,
30 informando que antes de ser apresentado a CTC o resultado final foi levado à Seminários Regionais em cada um
31 dos três estados. Mostrou a estrutura do PP-07 conforme Resolução CNRH nº 145/2012. Apresentou o
32 diagnóstico do PP-07 e o resultado do diagnóstico da fase 1, onde a configuração geral do uso do solo da bacia
33 determina que aproximadamente 55% da sua área superficial esteja com atuação do setor agrícola e áreas
34 urbanizadas. Disse que o diagnóstico também tratou de demandas, saneamento e recursos hídricos, tudo isso em
35 prol dos balanços hídricos, para definir o quanto se precisa da água que está disponível em cada trecho do rio.
36 Apresentou as fases do prognóstico baseado na metodologia de megatendências no Brasil todo por meio de
37 conversação estratégica, desenhando três cenários, primeiramente econômicos e tendencial, e depois levados
38 para o contexto de gestão de recursos hídricos apresentando cenários otimistas, pessimistas e tendenciais. Expôs
39 as áreas prioritárias para investimento de saneamento, para investimento florestal e potencialmente sujeitas a
40 restrição de uso. Mostrou as Diretrizes dos Instrumentos de Gestão, as outorgas são operadas pelos órgãos
41 gestores estaduais e federais; as Diretrizes do enquadramento com aspectos técnicos e componentes
42 participativos; Diretrizes de Cobrança, com uma série de indicações sobre a modernização do modelo tornando
43 o uso mais eficiente. Falou também sobre as Diretrizes de Sistema de Informação e Plano de Recursos Hídricos.
44 Sobre o Programa de Ações disse que foram mantidas as 6 agendas, 18 subagendas, 35 programas e reforçadas
45 94 ações, justamente pelo conceito de integração. Apresentou a integração temática das ações, com ações
46 prioritárias do PIRH-PS que são integradas as ações do PBHs ou PDRHs dos afluentes. Mostrou a estrutura do
47 programa, com diferentes contextos a partir da fase 2 e a composição do Orçamento, visto pela ótica de
48 orçamento de gestão e orçamento setorial, apresentando ainda a distribuição dos recursos ao longo dos 15 anos.
49 Apresentou as ações de outros entes do SGRH desenvolvidas pela ANA. Falou sobre as ações setoriais de
50 saneamento, envolvendo projetos, obras e supervisão e também a respeito das estratégias institucionais para
51 execução e roteiro para a implementação do Plano, apontando também a parte de acompanhamento. Finalizou
52 falando sobre as recomendações aos setores usuários. Agradeceu e se colocou a disposição para dúvidas. O Sr.
53 Luiz Barretti (ABES) pediu para que os membros que desejam falar irem se inscrevendo através do chat. O Sr.
54 João Gomes (UENF) parabenizou a apresentação e toda a importância do trabalho que foi feito até agora, e
55 finalizou destacando a incorporação apresentada de uma parcela do BPSI, a foz do Paraíba do Sul, que nunca foi
56 contemplado pelo CEIVAP. O Sr. Luiz Barretti (ABES) resgatou que há cerca de dois anos o Comitê do Paraíba
57 do Sul encaminhou à Plenária a proposta de fazer a mesma coisa na vertente do lado oceânico do trecho paulista
58 que está no plano de bacias e a gestão do território pelo PS está incorporado, mas nesse caso teria que ter um
59 recorte do CEIVAP, que seria bem-vindo por ser uma parte de preservação. Um tema que poderia ser
60 novamente levado a Diretoria, para tentar ser debatido na CTC e até finalizar o plano do CEIVAP com o mapa
61 sem recorte. A Sra. Teresa Cristina Paiva (USP) também parabenizou o trabalho, reforçando a importância do
62 Plano para a bacia, além da felicidade de vê-lo muito bem apresentado, após um longo tempo de estudo. O Sr.
63 Elias dos Santos (AJADES) informou que a questão de ligar recursos hídricos e zona costeira começou no

64 encontro do fórum fluminense de comitê de bacias que foi realizado em Paraty. A Sra. Vera Lúcia (O Nosso
65 Vale! A Nossa Vida!) e o Sr. Eduardo Araújo (IGAM) também fizeram agradecimentos a toda equipe envolvida
66 no plano, a toda a paciência e disponibilidade que foi posta para cada um dos comitês tivesse sua participação.
67 O Sr. Carlos Bartoli (Profill) finalizou agradecendo a oportunidade de poder contribuir com um plano de
68 tamanha importância e cita agradecendo a Sr. Bruna, sua companheira na Profill que participou de grande parte
69 do processo. O Sr. Luiz Barretti (ABES-SP) colocou o plano para apreciação da Câmara Técnica, e não havendo
70 manifestações foi recomendada a aprovação. **ENCAMINHAMENTO:** A CTC recomendou, sem alterações, o
71 envio à Plenária do produto Parcial 07 (PP-07) – Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica
72 do Rio Paraíba do Sul (PIRH-PS), para aprovação. **ITEM 3 Apresentação do programa MONITORAR:** A
73 Sra. Marina Assis (AGEVAP) iniciou o item de pauta dizendo que dentro do Plano, na agenda de recursos
74 hídricos, foi elaborada uma parte específica sobre monitoramento e a construção desta descrição foi muito
75 importante para a retomada do Programa. Mencionou que esse tema já foi discutido no âmbito da Câmara
76 Técnica anteriormente, mas na época não conseguimos avançar. Agora depois das instruções da ANA e dos
77 Órgãos Gestores Estaduais, foi possível construir um documento mais viável para sair do papel. O Sr. Marcio
78 Peixoto (AGEVAP) começou a apresentação mostrando o índice do apresentação, logo após o escopo do que
79 seria uma rede de monitoramento de qualidade e quantidade da água da bacia hidrográfica, em parceria com os
80 órgãos gestores. Disse que o monitoramento irá servir para medir a eficácia das ações do Comitê, visto que
81 essas informações são a base para a gestão de recursos hídricos. Apontou os objetivos específicos do programa,
82 explicando que funcionará em ciclos de 5 anos. Expôs a organização do programa, explicando que a rede de
83 monitoramento entra como anexo ao programa para que quando o estudo de redimensionamento for
84 desenvolvido, nos ciclos seguintes ocorra um aperfeiçoamento da rede de programa. Apresentou de forma
85 resumida as diretrizes para o monitoramento, informando que no documento foram especificados manuais de
86 referências e os parâmetros usados para medição tanto da quantidade como da qualidade da água. Foi
87 apresentado a demonstração gráfica da rede de monitoramento, tendo como base pontos que foram decididos
88 pelos Comitês em 2015, e adicionando os que foram sugeridos pelos estados. Foi apresentada uma planilha com
89 o total e situação de pontos por estado, onde constam 24 pontos para Minas Gerais, 50 para o Rio de Janeiro e
90 18 para São Paulo, tendo como maioria pontos de qualidade. Relatou a estratégia de implementação do
91 Monitorar do ponto de vista administrativo, financeiro e de responsabilidade. No custo do programa, expôs o
92 montante somando o que existia do PAP atual mais os valores previstos no plano de bacia, apontando que no
93 primeiro ciclo do programa haverá um aporte maior por ser o ano de aquisição de materiais. Finalizou
94 explicando como funcionará a publicação dos resultados e uma linha do tempo com os próximos passos da fase
95 execução. O Sr. Luiz Barretti (ABES-SP) perguntou em relação ao que consta como aprovação do programa, se
96 ele seria apresentado dentro do PIRH ou de forma separada. A Sra. Marina Assis (AGEVAP) explicou que a
97 ideia é que a Câmara Técnica verifique se estão de acordo com a proposta do programa que está sendo
98 apresentado de forma destacada. A Sra. Teresa Paiva (USP) parabenizou a equipe pela criação do programa e
99 disse que gostaria de ter acesso ao material completo, pois na apresentação ficou com algumas dúvidas sobre
100 como irá funcionar o programa. A Sra. Vera Lucia Teixeira (O Nosso Vale! A Nossa Vida!) disse que ficou com
101 dúvidas em como foram trabalhados os índices em relação aos estados e qual o critério para a formatação de
102 dados para o CEIVAP. O Sr. João Gomes (UENF) perguntou se já ocorreram as oficinas de controle de
103 qualidade, e como foi feita a padronização dos pontos e quais são eles. Perguntou como vai ser a modernização
104 das estações, finalizou pedindo a demonstração do impacto dentro do PAP. O Sr. Roberto Machado (Instituto
105 Rio Carioca) perguntou como será feita uma licitação sem o plano de trabalho. O Sr. Licius Freire (FIPERJ)
106 mencionou que os Comitês Rio Dois Rios e Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana detém 5 estações
107 multiparamétricas, então gostaria de saber se há o conhecimento delas e se foram levadas em consideração.
108 Destacou ainda que estão sendo apontados pontos com uma grande área de contribuição, mas algumas pequenas
109 como poluição, por exemplo, também devem ser levadas em conta. Sugeriu o prazo de uma semana para os
110 membros lerem o programa e devolverem contribuições. O Sr. Márcio Araújo (ANA) resgatou o processo de
111 construção do plano, dizendo que houve 9 reuniões com os 3 estados para o Monitorar, pensando na rede e
112 considerando uma demanda específica. A demanda para a rede foi considerando em alguns pontos de controle
113 estabelecer o índice de qualidade de água, sendo assim os parâmetros e análise temporal são padronizadas na
114 forma de integração. Deve existir a criação e formalização de um grupo para discussão do Monitorar. O Sr.
115 Eduardo Araújo (IGAM) complementou a última fala alegando que o MOP ainda não está em mãos para que
116 começassem a trabalhar, mas no programa já consta a aprovação dele, então não podem discutir sem leitura
117 prévia do documento. A Sra. Marina Assis (AGEVAP) esclareceu que o material foi enviado na convocatória
118 em link no corpo do e-mail, mas que será reenviado com o prazo de contribuições. O Sr. Licius Freire (FIPERJ)
119 esclareceu que as 5 estações já estão instaladas, mas que nem todas estão com total funcionamento. O Sr.
120 Márcio Peixoto (AGEVAP) iniciou sua fala explicando que o nível de escolha das estações foi feita pelos
121 órgãos gestores e que tem que ser conferido se as estações apontadas pelo Sr. Licius constam na rede no INEA.
122 Sobre os relatórios foi proposto a divisão durante o ano para que o Comitê tenha o reflexo das informações
123 naquele período de tempo. Esclareceu ao Sr. Roberto Machado que o plano de trabalho é a etapa onde vão
124 mensurar o que será realizado, que será redigido pelos órgãos gestores com apoio da AGEVAP trazendo tudo o
125 que deve ser feito na sua rede. Todo apanhado será estimado, mas podem ser transferidos de localidade e que
126 tudo o que foi colocado no documento são parâmetros que foram pactuados antes no quesito de Monitoramento.

127 No documento é apontada a justificativa da escolha dos pontos, levando como base pontos que já tinham sido
128 apontados como prioritários anteriormente, mas ainda ocorreram estudos para saber se o orçamento comportará
129 mais pontos. A Sra. Marina Assis (AGEVAP) esclareceu quanto ao questionamento do Sr. João Gomes sobre a
130 porcentagem do programa no PAP dizendo que consta um valor significativo pois foi um tema não evoluído nos
131 últimos tempos, então não foi gasto. O valor apresentado vale para os 3 ciclos de 5 anos do programa. No PIRH
132 ficou previsto recurso da transposição para agenda na parte do Rio de Janeiro. O Sr. Márcio Peixoto (AGEVAP)
133 mencionou que todas as informações das reuniões que ocorreram em 2017 estão dentro do documento. O Sr.
134 Roberto Machado (Instituto Rio Carioca) falou que como os órgãos gestores vão construir o plano de trabalho, o
135 primeiro passo deve ser a criação de relatório dos estados apontando as redes que já existem, e quais e quantas
136 estações são. O Sr. Márcio Araújo (ANA) esclareceu ao Sr. Roberto que todos os estados, considerando a
137 demanda específica para esse projeto, viram quando seria o custo. Depois que eles planejaram houve uma
138 avaliação da ANA se essas estações eram mesmo necessárias. Quando foi estipulado o primeiro custo estava
139 sendo pensando para os próximos 5 anos, mas começaram depois a pensar no renovar do horizonte dos 15 anos
140 do Plano. Disse que teve dúvidas sobre os 92 pontos que foram expostos. A Sra. Marina Assis (AGEVAP) disse
141 que para que o comitê tenha o controle do que está investindo haverá um relatório. O que foi pensando é que o
142 plano de trabalho viria a âmbito de discussão na Câmara Técnica, apresentando o que deve e o que já foi feito.
143 Esclareceu ainda ao Sr. Márcio que os 92 pontos são os que não são financiados pelo CEIVAP, além dos pontos
144 de controle que são vários pontos ao redor do principal. O Sr. Luiz Barretti (ABES-SP) finalizou dizendo que o
145 esperado dessa reunião seria a aprovação do trabalho, mas pelo teor das dúvidas pela falta de leitura do
146 documento, seria necessária uma apresentação mais abrangente. Então será dado mais um prazo para a leitura do
147 documento e contribuições para que a CTC tivesse o conhecimento do que está sendo discutindo, onde todos
148 pudessem se manifestar. Após o apontamento do Sr. Roberto Machado (Instituto Rio Carioca) ficou decidido
149 que o prazo de contribuições será até o dia 24/05/2021 com a devolutiva da AGEVAP até 28/05/2021.
150 **ENCAMINHAMENTO:** A AGEVAP irá reenviar o Programa Monitorar aos membros para que possam fazer
151 suas contribuições. As contribuições poderão ser enviadas até 24/05/2021 (segunda-feira) e a data de retorno da
152 AGEVAP será no dia 28/05/2021 (sexta-feira). **ITEM 4 Assuntos Gerais:** Não houve assuntos gerais a serem
153 tratados. **ITEM 5 Encerramento:** Não havendo mais assuntos a serem tratados, o Coordenador deu por
154 encerrada a 2ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica Consultiva do CEIVAP de 2021, agradecendo a
155 participação de todos. A presente ata foi lavrada por mim, Naomy de Souza, Secretária ad hoc, e, depois de
156 aprovada, foi assinada pelo Coordenador da CTC, Sr. Luiz Roberto Barretti, que presidiu a reunião.

157
158
159 Resende, 13 de maio de 2021.
160
161
162
163
164

165 Luiz Roberto Barretti
166 **Coordenador da Câmara Técnica Consultiva do CEIVAP**
167